



ISSN: 2595-1661

ARTIGO

Listas de conteúdos disponíveis em [Portal de Periódicos CAPES](#)

Revista JRG de Estudos Acadêmicos

Página da revista:

<https://revistajrg.com/index.php/jrg>



Ensino de língua portuguesa: fundamentos teóricos e implicações pedagógicas da análise linguística

Portuguese language teaching: theoretical foundations and pedagogical implications of linguistic analysis

DOI: 10.55892/jrg.v8i19.2375

ARK: 57118/JRG.v8i19.2375

Recebido: 15/08/2025 | Aceito: 27/08/2025 | Publicado *on-line*: 03/09/2025

Suziane de Oliveira Porto Silva¹

<https://orcid.org/0000-0002-9941-6238>

<http://lattes.cnpq.br/1407956849369388>

Universidade Federal de Alagoas, AL, Brasil.

E-mail: suziane.porto@hotmail.com



Resumo

Este artigo discute a análise linguística como eixo estruturante do ensino de Língua Portuguesa, enfatizando sua relevância na superação do modelo tradicional de ensino gramatical, centrado na memorização de regras e na normatização da linguagem. Fundamentado em autores como Geraldini (1997), Antunes (2003), Travaglia (2009) e Koch (2011), o texto apresenta os pressupostos teóricos que sustentam a análise linguística como prática pedagógica, reflexiva e contextualizada. Analisa-se, ainda, o tratamento dado à temática nos documentos oficiais, PCNs, BNCC e RECAL, e suas implicações para a prática docente. Destaca-se o papel do professor como mediador e do aluno como sujeito ativo no processo de aprendizagem, bem como a importância da valorização da diversidade linguística e do combate ao preconceito linguístico. Além disso, são apresentadas propostas didáticas e possibilidades de articulação entre ensino, pesquisa e extensão. Conclui-se que a análise linguística, compreendida como prática viva e crítica, contribui para a formação de sujeitos autônomos, leitores e produtores de textos conscientes, capazes de intervir nos discursos que circulam socialmente.

Palavras-chave: Análise linguística. Ensino de Língua Portuguesa. Prática pedagógica. Diversidade linguística.

¹Doutora em Linguística pelo Programa de Pós-Graduação em Linguística e Literatura (PPGLL) da Universidade Federal de Alagoas (UFAL)

Abstract

This article discusses linguistic analysis as a structuring axis of Portuguese language teaching, highlighting its role in overcoming the traditional grammar-based model, centered on rule memorization and linguistic normalization. Based on authors such as Geraldi (1997), Antunes (2003), Travaglia (2009), and Koch (2011), the paper presents the theoretical foundations that support linguistic analysis as a reflective and contextualized pedagogical practice. It also examines how official documents, PCNs, BNCC, and RECAL, address the topic and the implications for teaching practices. The study emphasizes the teacher's role as mediator and the student's role as an active subject in the learning process, as well as the importance of valuing linguistic diversity and combating linguistic prejudice. In addition, it presents didactic proposals and possibilities for articulating teaching, research, and outreach. It concludes that linguistic analysis, understood as a living and critical practice, contributes to the formation of autonomous individuals, conscious readers and text producers capable of critically engaging with the discourses circulating in society.

Keywords: *Linguistic analysis. Portuguese language teaching. Pedagogical practice. Linguistic diversity.*

1. Introdução

A consolidação de uma proposta de ensino de Língua Portuguesa comprometida com a formação crítica dos sujeitos requer uma profunda reconfiguração dos modos como se compreende e se operacionaliza o ensino da gramática no contexto escolar. Essa mudança pressupõe a superação de um modelo tradicional, historicamente enraizado, no qual a análise linguística esteve associada quase exclusivamente à memorização de regras, à fragmentação de conteúdos e à desarticulação entre forma e sentido. Nessa perspectiva tradicional, a gramática é concebida como um fim em si mesma, desvinculada das práticas reais de linguagem e distante das necessidades formativas dos alunos. O resultado é um ensino que privilegia a repetição mecânica em detrimento da reflexão, e que valoriza a correção normativa em detrimento da compreensão crítica da linguagem.

Contudo, as discussões contemporâneas no campo da Linguística Aplicada têm apontado para a urgência de um reposicionamento. A gramática, em vez de ser concebida como um conjunto de regras imutáveis e universais, deve ser entendida como instrumento para a leitura crítica da realidade e para a produção de sentidos em diferentes contextos. Nesse novo horizonte, a análise linguística é compreendida como prática reflexiva, situada e integrada ao uso significativo da língua, constituindo-se em eixo articulador entre forma, função e contexto.

Assim, a análise linguística não se restringe à descrição formal dos elementos da língua, mas busca compreender como os recursos linguísticos operam na construção de sentidos, na produção de efeitos discursivos e na constituição das relações sociais mediadas pela linguagem. Essa abordagem, defendida por autores como Travaglia (2009), Antunes (2003) e Marcuschi (2008), propõe uma ruptura com a visão normativa e prescritiva da gramática, aproximando o ensino da língua de seus usos concretos, nas múltiplas esferas da atividade humana. O deslocamento é significativo: a gramática deixa de ser mero exercício classificatório e passa a ser concebida como prática de reflexão sobre a linguagem em funcionamento, capaz de instrumentalizar o aluno para ler, interpretar, produzir e intervir criticamente nos discursos que o cercam.

Essa reorientação teórico-metodológica não ocorre de forma isolada, mas encontra respaldo nos documentos oficiais que norteiam a educação linguística no Brasil e no estado de Alagoas. Os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs, 1998) já sinalizavam a necessidade de articular o ensino da gramática à produção de sentidos, defendendo que o conhecimento linguístico deveria ser mobilizado em favor da leitura e da escrita. A Base Nacional Comum Curricular (BNCC, 2018), por sua vez, consolida essa perspectiva ao instituir o eixo “Análise linguística/semiótica” como estruturante da área de Linguagens, reforçando a ideia de que a reflexão sobre a língua deve ocorrer de forma transversal às práticas de leitura, escrita, oralidade e multiletramentos. Já o Referencial Curricular de Alagoas (RECAL, 2021) reafirma e amplia essa diretriz, ao defender a construção de competências linguísticas críticas, sensíveis à diversidade textual, discursiva e sociolinguística, ao mesmo tempo em que valoriza os saberes locais e as identidades culturais da comunidade escolar.

Em conjunto, esses documentos não apenas reposicionam o lugar da análise linguística no currículo, mas também redefinem o papel do professor e do aluno nesse processo. Ao professor, cabe atuar como mediador entre os aspectos formais da língua e as experiências linguísticas dos estudantes, articulando teoria e prática, sistematização e uso. Ao aluno, cabe o papel ativo de investigador da linguagem, refletindo sobre suas próprias práticas comunicativas, reconhecendo a legitimidade das variedades linguísticas e construindo consciência crítica diante dos discursos sociais. A análise linguística, nesse sentido, se configura como espaço privilegiado para combater o preconceito linguístico, valorizar a diversidade cultural e promover práticas pedagógicas inclusivas e democráticas.

Neste texto, discutiremos a análise linguística como ferramenta no ensino de Língua Portuguesa, com base em três eixos principais: (i) seus fundamentos teóricos, que sustentam a ruptura com a tradição normativa e defendem a linguagem como prática social; (ii) a análise dos documentos oficiais que institucionalizam esse novo paradigma no ensino da língua; e (iii) as implicações pedagógicas decorrentes de sua adoção em sala de aula. Além disso, apresentaremos possibilidades de articulação entre ensino, pesquisa e extensão, destacando projetos e ações que reforçam o papel social e formativo da linguagem na construção da cidadania.

Sustentamos, portanto, que a análise linguística, quando compreendida e aplicada como instrumento de reflexão, não apenas favorece a aprendizagem da língua em sua dimensão técnica, mas também contribui decisivamente para a formação de sujeitos autônomos, críticos e participativos, capazes de compreender, questionar e transformar os discursos que os constituem e os rodeiam. Trata-se, em última instância, de assumir a linguagem como espaço de ação e de cidadania, reafirmando a função social do ensino de Língua Portuguesa no contexto educacional contemporâneo.

2. Pressupostos Teóricos da Análise Linguística

A análise linguística, enquanto proposta metodológica para o ensino de língua portuguesa, assenta-se em fundamentos teóricos que tensionam a concepção normativa e tradicional da gramática escolar. Trata-se de uma abordagem que, conforme Geraldini (1997), não reduz o ensino da língua ao ensino da norma, mas o desloca para o campo da reflexão crítica sobre os usos da linguagem. Nesse sentido, a análise linguística representa uma mudança paradigmática: em vez de tratar a língua como objeto de memorização e prescrição, passa-se a concebê-la como prática social e histórica, cujo funcionamento precisa ser compreendido em contextos reais de uso.

Para Geraldini (1997), a análise linguística é constitutiva da leitura e da escrita. O autor propõe que, ao ensinar Língua Portuguesa, o professor deve promover práticas de leitura e produção textual que tenham como base a reflexão sobre os modos como os textos se estruturam, os sentidos que produzem e os efeitos que provocam. Essa análise, portanto, não se confunde com a mera descrição técnica da língua, mas envolve uma compreensão profunda dos mecanismos discursivos, das relações entre forma e sentido e dos efeitos de significação produzidos nas diferentes esferas da atividade humana.

Nessa mesma direção, Antunes (2003) destaca que o ensino da gramática deve ocorrer a partir dos textos, com foco nas intenções comunicativas, nos objetivos do falante e nas escolhas linguísticas situadas. A autora critica o ensino baseado em classificações descontextualizadas e propõe que os conteúdos gramaticais sejam mobilizados como ferramentas para a construção de sentidos, integrados à leitura e à produção textual. A gramática, assim, é vista como um instrumento de leitura do mundo, e não como um fim em si mesma.

Travaglia (2009), por sua vez, enfatiza a diferença entre estudar a gramática e realizar análise linguística. Enquanto o primeiro tende a reproduzir uma perspectiva normativa, centrada na correção e na forma, o segundo se orienta pela reflexão sobre o funcionamento da língua em uso, com vistas ao desenvolvimento da competência discursiva e da autonomia dos falantes. A análise linguística, segundo o autor, deve contemplar os aspectos fonológicos, morfossintáticos, semânticos, textuais e discursivos da língua, de forma articulada e funcional.

Esse entendimento também se articula à noção de linguagem como forma de ação social, conforme discutido por Koch (2011). A autora propõe que o ensino da língua precisa ir além da superfície formal e contemplar os processos de construção de sentido, as relações interlocutivas, os gêneros discursivos e os contextos de produção. A análise linguística, portanto, não se limita à estrutura, mas busca compreender os usos linguísticos em sua dimensão interacional, ideológica e constitutiva dos sujeitos.

Com base nesses pressupostos, a análise linguística assume como objetivos principais: (1) desenvolver a consciência linguística dos alunos, isto é, sua capacidade de observar, descrever e refletir sobre os recursos da língua; (2) ampliar a competência discursiva, permitindo o uso estratégico e eficaz da linguagem nas práticas sociais; e (3) formar leitores e produtores de textos críticos, capazes de compreender os sentidos em disputa e intervir nos discursos que circulam socialmente.

Além disso, é fundamental compreender que a análise linguística não se reduz a um conteúdo a ser transmitido, mas configura-se como uma prática pedagógica. Ela exige o reposicionamento do professor, que passa a atuar como mediador da reflexão linguística, e do aluno, que deixa de ser um receptor de regras e passa a assumir o papel de sujeito ativo, interpretando, questionando, comparando e produzindo hipóteses sobre o funcionamento da língua.

Em síntese, os pressupostos teóricos da análise linguística redimensionam o ensino de Língua Portuguesa ao priorizarem a compreensão da linguagem como prática social, o texto como unidade de ensino, a variação e a diversidade como elementos estruturantes e a reflexão como motor da aprendizagem. Essa abordagem desloca o ensino da norma para o campo da análise, promovendo uma formação linguística mais crítica, significativa e comprometida com a realidade dos sujeitos.

3. O tratamento da análise linguística nos documentos oficiais

A consolidação da análise linguística como eixo estruturante do ensino de Língua Portuguesa representa uma inflexão importante nas orientações curriculares brasileiras, que ao longo das últimas décadas vêm se afastando de uma abordagem puramente normativa da gramática para incorporar uma perspectiva reflexiva, contextualizada e articulada às práticas sociais de linguagem. Essa transição pode ser observada de forma progressiva nos documentos oficiais que norteiam o ensino, desde os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), passando pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC), até o Referencial Curricular do Estado de Alagoas (RECAL).

Os PCNs de Língua Portuguesa (1998) já sinalizavam a necessidade de superar o ensino da gramática como um fim em si mesmo, propondo que a reflexão sobre os fatos da língua ocorresse de modo articulado à leitura e à produção de textos. O documento enfatiza que o conhecimento gramatical deve ser desenvolvido em função das necessidades comunicativas dos alunos, como meio de ampliar sua capacidade de compreender e produzir sentidos nos mais diversos gêneros e contextos. Ainda que a expressão “análise linguística” não fosse utilizada de forma sistemática, os PCNs antecipam os fundamentos dessa proposta ao defenderem a integração entre forma e sentido e a valorização da linguagem em uso como objeto de ensino.

Esse movimento ganha corpo na Base Nacional Comum Curricular (BNCC), aprovada em 2017, que consagra a “análise linguística/semiótica” como um dos eixos organizadores da área de Linguagens. A BNCC redefine a gramática como prática de reflexão sobre os recursos linguísticos e suas funções nos diferentes textos e contextos de comunicação, deslocando o foco do ensino para a compreensão crítica das escolhas linguísticas e dos efeitos de sentido por elas produzidos. A análise linguística, nesse sentido, deixa de ser um campo autônomo e passa a ser compreendida como componente transversal ao trabalho com os gêneros orais, escritos e multissemióticos, contribuindo para o desenvolvimento da competência discursiva, da consciência linguística e da criticidade dos estudantes. A abordagem valoriza ainda a diversidade linguística, a variação e os usos reais da língua, em sintonia com os pressupostos da Linguística contemporânea.

No contexto do estado de Alagoas, o Referencial Curricular Alagoano (RECAL, 2023) reafirma essas diretrizes e as amplia com foco nas especificidades do território. O documento adota a BNCC como base estruturante, mas propõe uma organização curricular que valoriza os saberes locais e a identidade linguística e cultural dos estudantes alagoanos. Em relação à análise linguística, o RECAL enfatiza que sua função principal é promover a compreensão do funcionamento da linguagem como prática social e histórica, ligada à construção de sentidos e ao posicionamento crítico diante dos textos. Defende-se, assim, a superação do ensino fragmentado de nomenclaturas e regras, em favor de uma abordagem que estimule a investigação linguística, a percepção da variação e da mudança linguística e a capacidade de observar os efeitos das escolhas linguísticas nos gêneros e nas práticas discursivas.

A convergência entre os três documentos evidencia uma mudança de paradigma no ensino da língua: da ênfase na metalinguagem descontextualizada para a valorização da análise linguística como prática formativa e situada. Essa mudança impõe novos desafios ao professor, que passa a ocupar o papel de mediador do conhecimento linguístico, articulando conteúdos gramaticais às práticas de linguagem significativas para os estudantes, e orientando-os na construção de uma consciência

linguística que ultrapasse o domínio técnico e alcance a compreensão crítica dos discursos que os atravessam.

4. A análise linguística e suas implicações na sala de aula

4.1 integração entre linguagem e ensino: o papel formativo da análise linguística

A incorporação da análise linguística como eixo estruturante do ensino de Língua Portuguesa demanda uma profunda reconfiguração das práticas pedagógicas em sala de aula. Essa mudança não se limita à substituição de conteúdos, mas implica repensar o próprio sentido do ensino da língua, deslocando o foco da simples transmissão de regras normativas para a formação de sujeitos capazes de refletir criticamente sobre a linguagem em funcionamento. A superação do ensino gramatical tradicional, centrado na memorização de regras descontextualizadas e na normatização da linguagem, constitui o primeiro passo para instaurar uma abordagem verdadeiramente formativa, em que a reflexão sobre a língua se articule com as práticas sociais de uso da linguagem e com os diferentes modos de significar presentes na vida cotidiana.

Como destaca Geraldi (1997), a escola por muito tempo se limitou a ensinar “a gramática da língua, e não a língua em funcionamento”, reduzindo, assim, o espaço para a reflexão sobre os sentidos, os contextos e as intenções comunicativas. Essa tradição normativa privilegiou a correção e a uniformização em detrimento da pluralidade e da expressividade. A proposta de análise linguística rompe com esse paradigma ao propor o estudo da língua a partir de seu uso real, promovendo a integração entre leitura, produção textual e oralidade como práticas indissociáveis. Nessa perspectiva, os conteúdos gramaticais deixam de ser um fim em si mesmos para se tornarem instrumentos de compreensão e de construção de sentidos, permitindo que a aprendizagem gramatical se faça sempre vinculada a uma necessidade comunicativa concreta.

A vinculação entre análise linguística e práticas de linguagem é, portanto, essencial. Ao trabalhar com textos autênticos, os estudantes são convidados a investigar os efeitos de sentido produzidos por escolhas linguísticas em contextos concretos, reconhecendo que toda opção formal carrega implicações discursivas. Os gêneros textuais, nesse cenário, assumem papel central, pois constituem unidades significativas de análise que articulam aspectos morfossintáticos, semânticos, discursivos e pragmáticos. Como defendem Antunes (2003) e Travaglia (2009), é a partir da observação do funcionamento real da linguagem que o aluno desenvolve sua competência discursiva, ampliando sua capacidade de leitura crítica e de produção textual eficaz. Essa abordagem favorece, ainda, a compreensão de que a língua não é estática, mas dinâmica e sujeita a variações, refletindo a diversidade cultural e social dos falantes.

O papel do professor, nesse processo, também é profundamente ressignificado. Mais do que transmissor de regras, ele passa a atuar como mediador e orientador do processo de investigação e de sistematização do conhecimento linguístico. Cabe a ele instigar a curiosidade dos alunos, propor problemas, orientar a análise de dados linguísticos e conduzir a reflexão para a construção coletiva de saberes. Já o aluno, por sua vez, deixa de ser receptor passivo e torna-se sujeito ativo da aprendizagem, engajado em refletir sobre a língua que usa, interpreta e ouve cotidianamente. Esse reposicionamento contribui para que os estudantes reconheçam a legitimidade de suas próprias variedades linguísticas e possam utilizá-las como

ponto de partida para novas aprendizagens, superando a visão de que apenas a norma culta é válida ou aceitável.

Essa abordagem cumpre ainda um papel decisivo no combate ao preconceito linguístico e na valorização da diversidade cultural presente nos contextos escolares. A análise linguística possibilita desnaturalizar discursos de inferiorização de determinadas variedades e compreender que toda forma linguística possui regras próprias e funcionalidade em seu contexto de uso, conforme já indicavam os Parâmetros Curriculares Nacionais (BRASIL, 1998). Dessa forma, a sala de aula transforma-se em espaço de valorização das diferentes vozes que a constituem, promovendo práticas pedagógicas mais democráticas e inclusivas. Ao reconhecer que a linguagem é também um campo de disputa simbólica e de afirmação identitária, o ensino da língua portuguesa passa a contribuir para a construção de uma educação mais crítica, cidadã e socialmente comprometida.

Nessa direção, a análise linguística deixa de ser apenas uma metodologia alternativa para se afirmar como eixo estruturante da educação linguística, capaz de formar leitores e produtores de textos aptos a compreender, questionar e intervir nos discursos que circulam na sociedade. A escola, ao incorporar essa perspectiva, amplia sua função social: não apenas transmite conhecimentos, mas forma sujeitos capazes de compreender a linguagem como prática social, de reconhecer a pluralidade linguística como valor e de exercer sua cidadania por meio do uso consciente e reflexivo da língua.

4.2 Propostas didáticas: sequências integradas e práticas de sala de aula

A concretização dos pressupostos teóricos da análise linguística no contexto escolar exige a construção de propostas didáticas que integrem os conteúdos gramaticais às práticas sociais de linguagem, em articulação com os gêneros discursivos e com os objetivos comunicativos reais dos estudantes. A superação do ensino tradicional da gramática demanda, portanto, o desenvolvimento de metodologias que favoreçam a reflexão, a problematização e o uso efetivo da língua em situações de leitura, escrita e oralidade, promovendo uma aprendizagem significativa, crítica e contextualizada. Trata-se de romper com uma lógica transmissiva e centrada na prescrição normativa, para instaurar práticas que levem o aluno a observar a língua em funcionamento, compreender os efeitos de sentido de suas escolhas e reposicionar-se como sujeito ativo do processo de aprendizagem.

Um dos caminhos mais produtivos para esse fim é a elaboração de sequências didáticas com base em gêneros textuais, conforme proposto por Dolz e Schneuwly (2004). Nessas sequências, os conteúdos de análise linguística não são apresentados de forma isolada, mas emergem das necessidades reais dos alunos ao ler, compreender e produzir textos. A gramática, nesse contexto, deixa de figurar como objeto autônomo e se transforma em ferramenta para a construção discursiva. Por exemplo, ao trabalhar o gênero artigo de opinião, pode-se propor atividades de análise sobre os recursos argumentativos utilizados, como modalizadores que indicam grau de certeza, operadores que orientam a progressão das ideias, pronomes que marcam posicionamento enunciativo e estruturas sintáticas que reforçam a tese. Esse processo permite que os alunos percebam que as escolhas linguísticas não são neutras, mas carregam intencionalidade e produzem efeitos de sentido específicos.

A seleção de gêneros, por sua vez, deve contemplar a diversidade de esferas sociais e considerar os interesses e repertórios dos alunos, favorecendo a construção de pontes entre a escola e o mundo. Trabalhar com gêneros como meme, notícia, resenha crítica, charge, podcast ou postagem em rede social possibilita explorar usos

autênticos da língua, com forte apelo comunicativo e relevância social. Nesses casos, a análise linguística pode abranger desde aspectos formais, como o emprego da pontuação e do léxico, até dimensões discursivas, como mecanismos de coesão, de polifonia e de variação estilística. Assim, a reflexão gramatical não se limita a classificações abstratas, mas se vincula à produção de sentido e à função social do texto.

A reflexão metalinguística, nesse quadro, pode ser incorporada em atividades variadas: discussões em sala sobre diferentes registros linguísticos, reescritas de trechos com adequações de formalidade, comparações entre variedades linguísticas presentes em textos distintos, análise de marcas de oralidade em gêneros escritos, entre outras. Em uma aula sobre o gênero carta argumentativa, por exemplo, pode-se propor a leitura de cartas de leitores publicadas em jornais e identificar os recursos que estruturam o ponto de vista. Em seguida, solicita-se que os alunos produzam suas próprias cartas, com revisão orientada não apenas pelos critérios normativos, mas sobretudo pela clareza argumentativa, pela coesão e pela adequação ao contexto comunicativo.

Outra possibilidade metodológica relevante é o uso de situações-problema, que desafiem os alunos a refletirem sobre o funcionamento da língua em contextos reais. Podemos propor, por exemplo, a análise de um meme que explora ambiguidade sintática e questionar: “o que torna esse efeito de humor possível do ponto de vista linguístico?”. A partir dessa problematização, conduz-se a análise da estrutura da frase, do uso da pontuação, da polissemia lexical ou da ambiguidade estrutural, evidenciando como as escolhas linguísticas interferem diretamente na interpretação. Esse tipo de atividade mobiliza a curiosidade e coloca a língua em seu lugar de prática viva, dotada de múltiplas possibilidades de uso.

Importa, ainda, destacar a necessidade de o professor considerar os repertórios linguísticos dos próprios alunos como ponto de partida para a análise. Propor a comparação entre diferentes formas de dizer, explorar a variação linguística em gêneros cotidianos, como bilhetes, mensagens de texto, falas em vídeos de plataformas digitais ou registros de conversas informais, pode ser um caminho potente para desenvolver a consciência metalinguística e promover a valorização das identidades linguísticas. Essa escuta ativa, defendida por Bortoni-Ricardo (2004), transforma a sala de aula em espaço de construção coletiva do saber linguístico, no qual o aluno se reconhece como sujeito legítimo da linguagem e não como simples reprodutor de normas impostas.

Assim, a análise linguística assume um duplo papel: de um lado, possibilita a compreensão crítica da língua em uso; de outro, contribui para democratizar o ensino, ao valorizar a diversidade e legitimar as vozes sociais que compõem o espaço escolar. Esse movimento coloca a gramática a serviço da cidadania linguística, em consonância com os princípios da BNCC (2018) e do RECAL (2023), que entendem a educação linguística como formação para a participação crítica e transformadora na sociedade.

Considerações finais

Ao longo deste texto, discutimos o papel da análise linguística como ferramenta formativa no ensino de Língua Portuguesa, a partir de uma perspectiva que integra os estudos linguísticos contemporâneos, as orientações curriculares nacionais e as demandas concretas da prática docente. Partimos do reconhecimento de que o ensino tradicional da gramática, centrado em normas abstratas e desvinculado do uso real da linguagem, tem se mostrado insuficiente para promover a aprendizagem

significativa da língua e o desenvolvimento das competências discursivas dos estudantes. Em oposição a essa abordagem normativa e descontextualizada, defendemos uma concepção de análise linguística articulada aos usos sociais da linguagem, à leitura crítica dos textos e à valorização das múltiplas variedades linguísticas existentes na sociedade brasileira.

A análise linguística, tal como propõem autores como Geraldi (1997), Travaglia (2009), Antunes (2003), Koch (2011) e Marcuschi (2008), deve ser entendida como uma prática de reflexão sobre a linguagem em funcionamento, capaz de mobilizar o aluno para compreender os efeitos de sentido produzidos pelos recursos linguísticos nos mais diversos gêneros e situações comunicativas. Trata-se, portanto, de uma abordagem que privilegia a função social da linguagem, a construção do sentido e a formação de sujeitos críticos, ao invés da simples memorização de regras gramaticais.

Essa abordagem é consistente com os princípios dos documentos norteadores oficiais, PCNs, BNCC e RECAL, e encontra respaldo em estudos como os de Bortoni-Ricardo (2004) que propõem práticas pedagógicas voltadas para a escuta das vozes dos estudantes, o respeito aos seus repertórios linguísticos e a construção de um saber gramatical ancorado na realidade social e linguística da comunidade escolar.

Além disso, as propostas didáticas que apresentamos demonstram que é possível concretizar essa abordagem na prática cotidiana da sala de aula, por meio de sequências didáticas baseadas em gêneros, análise de textos autênticos, situações-problema e atividades que mobilizem a reflexão crítica e o protagonismo discente. Essas práticas não apenas favorecem a aprendizagem dos conteúdos gramaticais, mas também contribuem para a formação de leitores e produtores de textos mais autônomos, conscientes e participativos.

Reafirmamos, por fim, que a análise linguística deve ocupar um lugar central no ensino de Língua Portuguesa, não como um fim em si mesma, mas como instrumento para compreender, transformar e atuar criticamente sobre o mundo por meio da linguagem. Ao assumir esse compromisso, o professor de Língua Portuguesa torna-se não apenas transmissor de saberes, mas mediador de processos de construção de sentido, de identidade e de cidadania. É nesse horizonte que entendemos a análise linguística: não como um conteúdo a ser decorado, mas como uma prática viva, reflexiva e transformadora.

Referências

- ANTUNES, Irandé. *Muito além da gramática: por um ensino de línguas sem pedantismo*. São Paulo: Parábola Editorial, 2003.
- BAGNO, Marcos. *Preconceito linguístico: o que é, como se faz*. 56. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2020.
- BORTONI-RICARDO, Stella Maris. *O professor de língua materna: formação e atuação*. São Paulo: Parábola Editorial, 2004.
- BRASIL. *Base Nacional Comum Curricular*. Brasília: MEC, 2018. Disponível em: <https://basenacionalcomum.mec.gov.br>. Acesso em: 10 jun. 2025.
- DOLZ, Joaquim; SCHNEUWLY, Bernard. *Gêneros orais e escritos na escola*. Tradução de Roxane Rojo. Campinas: Mercado de Letras, 2004.
- KOCH, Ingedore Villaça. *Ler e compreender: os sentidos do texto*. 5. ed. São Paulo: Contexto, 2011.
- MARCUSCHI, Luiz Antônio. *Gêneros textuais: definição e funcionalidade*. São Paulo: Cortez, 2008.



TRAVAGLIA, Luiz Carlos. *Gramática e interação: uma proposta para o ensino de gramática no 1º e 2º graus*. São Paulo: Cortez, 2009.